

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Desenvolvimento e responsabilidade fiscal

Manoel Vítório

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

O Brasil vai conseguir romper a boia de estagnação econômica em que se encontra? Isso é viável sem mudar nosso nível de investimentos? É possível conciliar investimentos públicos com responsabilidade fiscal?

Há muito tempo no Brasil se investe em patamares abaixo de 20% do PIB. Desde 2016 esse indicador piorou e ficou abaixo de 16%. O investimento público responde por menos de três pontos percentuais desse número. É impossível gerar crescimento e abundantes empregos com investimentos tão baixos. Para comparação, a média de todos os emergentes é maior que 30% e nossos vizinhos da América Latina e Caribe tiveram um investimento médio quase 4 pontos percentuais maior que o nosso nos últimos anos.

Esse é um debate urgente, mas no clima conflagrado em que vivemos, desenvol-

vimentistas seriam gastadores inconsequentes; e do outro lado do campo estariam liberais comprometidos com a responsabilidade fiscal via controle de gastos, inclusive sociais, com planilhas no lugar do cérebro.

Nenhuma dessas caricaturas, porém, se aplica à política fiscal adotada pela Bahia nos últimos anos, sob a liderança de Jaques Wagner e Rui Costa, que decidiram que o esforço da Sefaz deveria estar voltado para ampliar os investimentos do Estado, sem descuidar dos gastos sociais e do enquadramento nos parâmetros da LRF.

Nossos resultados são nossa melhor contribuição para o debate, pois demonstram que a contradição entre desenvolvimentismo e responsabilidade fiscal pode ser contornada, desde que haja uma disposição firme de combater a sonegação, racionalizar gastos de custeio e direcionar a economia produzida para investimentos, diretos ou por meio de PPPs.

Fato é que a variável determinante da dinâmica econômica, no fim das contas,

é a chamada formação bruta de capital fixo, com seu efeito multiplicador, e não há nenhuma forma de gastar dinheiro público mais nobre e de consequências mais duradouras que bons investimentos, desde que não sejam negligenciados gastos sociais, principalmente em saúde e educação, áreas onde, convém registrar, temos alocado recursos acima dos níveis exigidos pela Constituição.

Sabemos que regionalmente não superaremos todas as questões que dificultam investimentos no País, pois a omissão do governo federal é grande e nenhum Estado sozinho tem força para compensar essa falta. Mas a Bahia está fazendo a sua parte. Em 2019, assim como em anos anteriores, só São Paulo, cuja receita é o quintuplo da nossa, tem investido mais que a Bahia, em valores brutos. Metrô, VLT, estradas e avenidas, hospitais, a ponte Salvador-Itaparica, cujo edital já foi lançado, tudo isso gera mais qualidade de vida, oportunidades de novos negócios, mais produtividade e, o mais importante: mais empregos!

Veículo: Bahia Já	
Data: 08/10/2019	Coluna: Economia



Tasso Franco - Diretor de Redação

ECONOMIA

Fisco apreende novo caminhão com etanol irregular, desta vez na BA-093

Já são ao todo 99 mil litros de etanol apreendidos: na semana passada, dois caminhões que transportavam ao todo 84 mil litros do produto com evidências de sonegação e outros crimes foram interceptados na BR-242

Ascom Sefaz , Salvador | 07/10/2019 às 17:40



Fisco apreende novo caminhão com etanol irregular

Foto: divulgação

Um novo caminhão-tanque transportando 15 mil litros de etanol irregular foi apreendido pela operação Na Trilha do Álcool, deflagrada com o objetivo de reforçar o controle do fisco estadual sobre a entrada do produto no território baiano. A apreensão, realizada neste final de semana na BA-093, na Região Metropolitana de Salvador, soma-se a outras duas ocorridas na semana passada na BR-242, perto da divisa com Goiás. Já são, ao todo, 99 mil litros de etanol apreendidos pela operação nas rodovias baianas.

Desta vez, os fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), que contam com apoio da Polícia Militar, constataram fraudes tanto na mercadoria quanto nos lacres obrigatórios encontrados no caminhão: ambos divergiam do que estava descrito na nota fiscal. De acordo com a nota, o caminhão estaria carregado com dez mil litros de gasolina aditivada e cinco mil de etanol. Os lacres falsos, por outro lado, evidenciam a procedência duvidosa de toda a carga de etanol. A Sefaz-Ba analisa, ainda, se a nota fiscal foi reutilizada, o que também configura fraude.

O motorista foi conduzido à delegacia de Simões Filho, onde foi ouvido para apuração no âmbito criminal. O etanol apreendido ficará sob a guarda de fiel depositário até a conclusão das investigações.

Rigor do Estado

No início da operação Na Trilha do Álcool, dois caminhões que transportavam ao todo 84 mil litros de etanol com evidências de sonegação e outros crimes foram apreendidos na BR-242. As apreensões resultam do cerco das autoridades às irregularidades no segmento, que em setembro resultou em outro caso ainda mais emblemático: o posto 2S, localizado em Conceição do Jacuípe,

foi flagrado pela Operação Posto Legal por armazenar gasolina comum e aditivada com teores de álcool anidro de respectivamente 77% e 79%, muito acima do limite de 27% previsto em lei.

De acordo com o gerente de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-Ba, Eraldo Santana, o encaminhamento dos caminhões apreendidos para a Polícia e em seguida para o Ministério Público é um procedimento instituído pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne a Sefaz-Ba, o Ministério Público (MPBA), o Tribunal de Justiça (TJ-Ba), a Polícia Civil e a Procuradoria Geral do Estado.

“São condutas que evidenciam o rigor dos órgãos de Estado no combate a esse tipo de fraude, e alertam os contribuintes que adotam essas práticas de concorrência desleal para pensarem duas vezes antes de agirem em desacordo com a lei”, afirma.

Barreira fiscal

A operação Na Trilha do Álcool consiste na formação de uma barreira fiscal que permitirá o monitoramento efetivo das principais vias de acesso ao estado nos próximos meses. Em paralelo, a Sefaz-Ba reforça os controles no ambiente on-line por meio do cruzamento dos dados fiscais digitais relacionados ao produto. A barreira nas rodovias é necessária porque o território baiano faz divisas com oito estados, o que estimula tentativas de burlar a legislação com práticas irregulares que sabotam a concorrência leal no mercado e lesam os consumidores.

Os procedimentos incluem a verificação da situação fiscal do contribuinte, da autenticidade dos documentos fiscais eletrônicos e do destino da mercadoria, a verificação física da carga e, caso necessário após identificados indícios de sonegação e outros crimes contra a ordem tributária, a solicitação de diligências a serem realizadas por outras equipes do fisco estadual. “A intensificação das ações do fisco irá assegurar maior eficácia no combate à sonegação e à concorrência desleal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino.

Estão sendo mobilizados, em todo o estado, 182 agentes do fisco em postos fiscais e unidades móveis, com o apoio da Polícia Militar por meio da Cipfaz – Companhia Independente de Polícia Fazendária. As equipes estarão distribuídas em dez postos fiscais e 32 unidades móveis de fiscalização. Serão utilizados, além de veículos, contêineres instalados em pontos estratégicos de acesso à Região Metropolitana de Salvador e demais cidades de grande movimentação econômica.

Veículo: Site Secom	
Data: 08/10/2019	Caderno: Fazenda

Fiscalização

07/10/2019 18:30

Sefaz apreende caminhão com etanol irregular na BA-093

Um novo caminhão-tanque foi apreendido pela Operação Na Trilha do Álcool por transportar 15 mil litros de etanol irregular. A apreensão ocorreu na BA-093, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no último fim de semana, e soma-se a outras duas ocorridas na semana passada na BR-242, perto da divisa com Goiás. Ao todo, já são 99 mil litros de etanol apreendidos pela operação nas rodovias baianas.

A operação tem como objetivo reforçar o controle do fisco estadual sobre a entrada do produto no território baiano. Desta vez, os fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), com apoio da Polícia Militar, constataram fraudes tanto na mercadoria quanto nos lacres obrigatórios encontrados no caminhão: ambos divergiam do que estava descrito na nota fiscal. De acordo com a nota, o caminhão estaria carregado com dez mil litros de gasolina aditivada e cinco mil de etanol. Os lacres falsos, por outro lado, evidenciam a procedência duvidosa de toda a carga de etanol.

A Sefaz-BA analisa ainda se a nota fiscal foi reutilizada, o que também configura fraude. O motorista foi conduzido à delegacia de Simões Filho, onde foi ouvido para apuração no âmbito criminal. O etanol apreendido ficará sob a guarda de fiel depositário até a conclusão das investigações.



(Foto: Sefaz-BA)

Apreensões

No início da Operação Na Trilha do Álcool, dois caminhões que transportavam 84 mil litros de etanol, com evidências de sonegação e outros crimes, foram apreendidos na BR-242. Já em setembro, o posto 2S, localizado em Conceição do Jacuípe, foi flagrado armazenando gasolina comum e aditivada com teores de álcool anidro de respectivamente 77% e 79%, muito acima do limite de 27% previsto em lei.

De acordo com o gerente de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA, Eraldo Santana, o encaminhamento dos caminhões apreendidos para a polícia e, em seguida, para o Ministério Público (MPBA) é um procedimento instituído pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne a Sefaz-BA, o MPBA, o Tribunal de Justiça (TJBA), a Polícia Civil e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

“São condutas que evidenciam o rigor dos órgãos de Estado no combate a esse tipo de fraude e alertam os contribuintes que adotam essas práticas de concorrência desleal para pensarem duas vezes antes de agirem em desacordo com a lei”, explica Eraldo.

Barreira fiscal

A Operação Na Trilha do Álcool consiste na formação de uma barreira fiscal para o monitoramento efetivo das principais vias de acesso ao estado nos próximos meses. Em paralelo, a Sefaz-BA reforça os controles no ambiente on-line por meio do cruzamento dos dados fiscais digitais relacionados ao produto. A barreira nas rodovias é necessária porque o território baiano faz divisas com oito estados, o que estimula tentativas de burlar a legislação com práticas irregulares que sabotam a concorrência leal no mercado e lesam os consumidores.

Os procedimentos incluem a verificação da situação fiscal do contribuinte, da autenticidade dos documentos fiscais eletrônicos e do destino da mercadoria, a verificação física da carga e, caso necessário após identificados indícios de sonegação e outros crimes contra a ordem tributária, a solicitação de diligências a serem realizadas por outras equipes do fisco estadual.

“A intensificação das ações do fisco assegura maior eficácia no combate à sonegação e à concorrência desleal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório. Estão sendo mobilizados, em todo o estado, 182 agentes do fisco em postos fiscais e unidades móveis, com o apoio da Polícia Militar, por meio da Companhia Independente de Polícia Fazendária (Cipfaz).

As equipes estão distribuídas em dez postos fiscais e 32 unidades móveis de fiscalização. São utilizados, além de veículos, contêineres instalados em pontos estratégicos de acesso à RMS e demais cidades de grande movimentação econômica.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Tribuna

Economia baiana mostra sinais de recuperação

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Os indicadores da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb) estão sinalizando, claramente, que a economia baiana está com sinais de franca recuperação. Numa rápida comparação entre o número de empresas constituídas (envolvendo matrizes e filiais), quatro tipos de empresas estão em alta em relação ao período de janeiro a setembro de 2018 e 2019. São elas: Empresário, EIRELI, Sociedade Ltda, e Cooperativa. Apenas em dois tipos houve queda na constituição de empresas: Sociedade Anônima (S/A) e Outros, onde, historicamente, se tem um maior índice de constituições no último trimestre.

A prova deste crescimento está nos números levantados pela Juceb e que estão no seu site. Na categoria Empresário: foram 6.897 em 2018 e 7.366 em 2019; na categoria EIRELI foram 4.384 em 2018 e 5.605 em 2019; na categoria Sociedade Ltda foram 7.452 em 2018 e 8.061 em 2019; e, finalmente, na categoria Cooperativa foram 46 em 2018 e 84 em 2019. As quedas, por sua vez, foram localizadas em duas categorias: Sociedade Anônima com 306 em 2018 e 267 em 2019; e Outros com 48 em 2018 e 38 em 2019.

ATUAÇÃO

A própria Juceb vem atuando no sentido de melhorar o ambiente de negócios no Estado, facilitando a abertura e legalização de empresas. Ações como a expansão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que integra todos os atores envolvidos no processo de formalização de empresas em um único sistema informatizado, e a implantação do processo eletrônico, que permite ao empreendedor registrar sua empresa sem sair de sua casa ou escritório, são exemplos de como a Bahia tem investido no empreendedorismo.

A atual gestão da autar-



Foto: Hortêdo de Jesus

ESTABELECIMENTOS

Numa rápida comparação, quatro tipos de empresas estão em alta em relação ao período de janeiro a setembro de 2018 e 2019

quia, hoje presidida por Andressa Mendonça, também vem realizando campanhas para tirar os empreendedores da informalidade, como o programa "É Legal ser Legal", que consiste em realizar uma série de eventos e medidas que levam informação e os serviços de Registro Mercantil à classe empresarial, inclusive, no âmbito do empreendedorismo rural, mostrando todos os benefícios da legalização, como o acesso à micro créditos, Juceb Itinerante e o Observatório Interativo do Empreendedorismo Baiano, que será lançado na próxima Fenagro 2019, dentre outros.

PROJEÇÃO

Em março passado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) realizou uma reunião de Conjuntura Econômica, na sede da Secretaria do Planejamento do

Estado (Seplan), em Salvador, e projetou um crescimento de 1,8% da economia baiana. À época, o diretor de Indicadores e Estatística da SEI, Gustavo Pessoti chegou a dizer que "a primeira projeção realizada era de um crescimento de 1,8% para a economia baiana".

Presente no encontro, o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro, também falou: que o crescimento seria maior do que o apresentado em 2018, que foi de 1,1%, "devido, principalmente, à ação indutora do Estado como promotor do desenvolvimento".

Ainda segundo Gustavo Pessoti, em artigo publicado no site do Conselho Regional de Economia (Corecon), as expectativas para 2019 estavam condicionadas a retomada mais forte de crescimento da indústria. E dizia: "Presume-se que a produção industrial seja im-

pulsionada pelo aumento da demanda interna que deve se beneficiar dos melhores níveis de confiança, da elevação do nível de emprego e da renda. Outros fatores devem contribuir para o desempenho do setor: elevada capacidade ociosa, juros baixos e grande demanda por infraestrutura".

INFLAÇÃO

Sobre as perspectivas para os setores de Comércio e Serviços ele dizia que dependia do aumento da renda agrícola e industrial, associadas à manutenção da inflação dentro da meta e de taxa de juros mais baixa. "Há expectativas de que a retração na taxa de juros e a redução no custo do crédito favoreçam ao financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo será limitado pelo grau

de endividamento das famílias".

E ainda sinalizava: "O cenário para 2019 ainda é incerto, mesmo decorridos quase três meses do ano. O principal desafio do novo governo é a grave situação fiscal do país. O crescimento mais forte da atividade econômica está condicionado à retomada dos investimentos públicos e privados principalmente em infraestrutura, que por hora estão em segundo plano até que o governo consiga aprovar a reforma da previdência e o chamado "novo pacto federativo".

TENDÊNCIA

Gustavo Pessoti fechou seu artigo com esta posição: "Considerando-se o cenário exposto bem como as explicações e expectativas mencionadas as primeiras estimativas relacionadas ao desempenho econômico da Bahia apontam para um

crescimento que novamente deverá acompanhar a tendência do PIB brasileiro".

Na contramão dos especialistas, o presidente do Sindicato de Lojistas do Estado da Bahia (Sindilojas), Paulo Mota mostra-se cético quanto ao crescimento pontual que os mesmos dizem observar. "Vejo o ambiente, de momento, com novas expectativas. Entretanto, não há uma alteração expressiva no cenário da nossa economia que possam cravar como algo definitivo. Para mim, está tudo no 'zero a zero'. Mas já se vislumbra um quadro de menor contencioso no campo da economia. Nada de muito extraordinário. Por exemplo: algumas lojas estão fechando as suas portas mas não dão baixa da extinção das empresas, pelo volume de documentos que precisam ser apresentados à Juceb", finaliza.

RECUO**Expectativa de
alta na produção
de veículos cai
de 9% para 2%****DA REDAÇÃO
COM AGÊNCIA BRASIL**

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) revisou de 9% para 2% a estimativa de crescimento na produção de veículos em 2019 em comparação com o ano passado. A projeção inicial, divulgada em janeiro, era que neste ano fossem fabricadas mais de 3,1 milhões de unidades. No entanto, o número previsto anunciado ontem é de 2,94 milhões.

A estimativa de vendas também caiu de 11,4%, no início do ano, para 9,1%. A projeção é que sejam emplacados 2,8 milhões de veículos em 2019. As exportações tiveram o maior recálculo.

A expectativa inicial era de estabilidade no patamar de 620 mil unidades vendidas para fora em 2018. No entanto, a previsão agora é que as exportações tenham queda de 33,2% neste ano, com a comercialização de 420 mil veículos no mercado externo.

Crise na Argentina

Segundo o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, a crise econômica na Argentina é o principal fator que determinou a revisão das estimativas. "O efeito Argentina é o mais relevante ajuste na previsão da Anfavea", enfatizou na apresentação do balanço do setor. Deixaram de ser vendidas 170 mil unidades que as montadoras esperavam enviar ao país vizinho. Na Bahia, a fábrica da Ford também tem a Argentina como um dos principais mercados.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 07/10/2019	Coluna: Economia



APROVAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS É DÚVIDA PARA GOVERNO



7 Outubro, 2019

Integrantes da equipe econômica têm dúvidas se o Congresso Nacional aprovará a segunda parte da reforma da Previdência, conhecida como PEC (Proposta de Emendas à Constituição) paralela, que reúne alterações defendidas por senadores na versão aprovada pela Câmara, informa reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

Segundo a publicação, a principal medida desse projeto é a possibilidade de que a reestruturação nas regras de aposentadoria e pensões seja estendida a servidores estaduais e municipais. A PEC cria um mecanismo para facilitar o ajuste nos gastos previdenciários de estados e municípios. Governadores e prefeitos poderiam aderir à reforma com o aval das Assembleias Legislativas por meio de uma lei ordinária, em vez de criar, discutir e aprovar uma proposta própria.

O time do ministro da Economia, Paulo Guedes, é favorável à inclusão de estados e municípios da reforma da Previdência, além de outros pontos da PEC paralela, mas, nos bastidores, a equipe tem se mostrado cética em relação às chances de o projeto avançar no Congresso. O fatiamento da reforma da Previdência foi uma ideia do relator no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), com o argumento de que a cisão evitaria atrasos na votação na Casa.

Na PEC principal, o senador fez apenas modificações que não obrigariam o projeto voltar à Câmara. Os principais pilares da reformulação nas regras de aposentadorias e pensões já receberam o aval da Câmara em agosto deste ano. Essa parte da reforma foi aprovada, em primeiro turno, no plenário do Senado entre terça-feira (1º) e quarta (2).

Foto: Luana Bernardino

Tribuna

Terça, 08/10/2019

Política

Tribuna da Bahia 5

Bolsonaro diz que não pretende acabar com estabilidade de servidor

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que "nunca falou" em dar fim à estabilidade do servidor público, durante as discussões do governo sobre a reforma administrativa ainda em elaboração. A afirmação, feita ontem na saída do Palácio do Alvorada, foi em resposta a uma matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense. De acordo com o jornal, a proposta de reforma administrativa a ser enviada ao Congresso Nacional previa tal medida. Bolsonaro criticou também uma outra reportagem - da Folha de S. Paulo - envolvendo o presidente em um suposto caso de Caixa 2 durante as campanhas eleitorais. O presidente classificou as reportagens como "covardia e patifaria". Ao deixar o Alvorada, Bolsonaro conversou com alguns simpatizantes. *Agência Brasil*



Reforma administrativa prevê corte de benefícios do funcionalismo

JOSE FUCS
O ESTADO DE S. PAULO

Com a reforma da Previdência em fase final de votação no Senado, o governo se prepara para o "day after" e está dando os últimos retoques na reforma administrativa, que deverá reestruturar as carreiras do funcionalismo federal e estabelecer novas regras para a contratação, a promoção e o desligamento de servidores. Considerada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, como "prioridade número 1" após as mudanças na Previdência, a reforma administrativa faz parte de um amplo programa de modernização do Estado a ser proposto pelo

governo. Ele é composto também pela reforma tributária e por um novo pacto federativo, que envolve a redistribuição de receitas e a flexibilização do orçamento, com a desvinculação, a desobrigação e a desindexação de gastos, apelidada de "plano DDD".

A ideia é o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciar os detalhes da reforma administrativa tão logo seja concluída a reforma da Previdência, em uma ou duas semanas, se não houver imprevistos, e enviá-la ao Congresso ainda em outubro. A tendência é que os três pilares da reforma do Estado sejam anunciados de uma só vez, mas enviados separadamente e em momentos diferentes ao Legislativo.

Embora dirigida principalmente aos novos servidores, a proposta deverá incluir, segundo apurou o Estado, regras de transição para o atual quadro de funcionários. Entre as principais mudanças, figuram a revisão de privilégios, como o sistema de licenças e gratificações, que estimulam, na visão do ministério, uma percepção negativa da sociedade em relação aos servidores. Além das medidas já divulgadas pelo governo em "doses homeopáticas" nas últimas semanas, como a extinção da estabilidade dos novos funcionários em certas carreiras e cargos, o fim da progressão automática por tempo de serviço, a redução do número de carreiras e o alinhamento dos salários do setor público aos



CONSIDERADA por Rodrigo Maia como "prioridade número 1" após as mudanças na Previdência, a reforma administrativa faz parte de um amplo programa de modernização do Estado

tar a transferência de um órgão para outro. Um servidor da Receita Federal, por exemplo, poderá ser alocado na esfera social, para ajudar a avaliar a, com seu conhecimento técnico, a eficácia das políticas públicas.

Está prevista também a implantação de um sistema de seleção de altos executivos, para dificultar a contratação de líderes sem o preparo e o perfil necessários, e a criação de um novo Código de Conduta, mais rigoroso que o atual, para evitar a "captura" de órgãos públicos por entidades de classe. Outra medida deverá ser o redesenho dos arranjos institucionais do governo, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. A ideia é simplificar o sistema e facilitar as parcerias com o setor privado, quando for o caso.

da iniciativa privada, o governo poderá propor a regulamentação da lei de greve para o funcionalismo, prevista na Constituição, mas não realizada até hoje.

O "pacote" ainda deverá incluir a regulamentação da avaliação de desempenho, também prevista na Constituição, que permitirá a premiação dos bons servidores e a demissão por atuação insatisfatória. A proposta pretende estabelecer critérios de avaliação "objetivos",

para evitar perseguições políticas, e incluir mecanismos para impedir que as premiações se estendam a todos os servidores de determinadas categorias, como acontece na área de educação na cidade de São Paulo, na qual todos têm direito ao chamado "bônus de performance".

A avaliação de desempenho deverá ser acompanhada de dispositivos que permitam maior mobilidade dos funcionários, para facilitar

Tribuna

Segundo turno da reforma da Previdência deve ficar para o dia 22

IANDER PORCELLA
O ESTADO DE S. PAULO

O senador Major Olímpio (PSL-SP), líder do partido do presidente Jair Bolsonaro no Senado, disse ontem que talvez a Casa consiga votar o segundo turno da reforma da Previdência apenas no dia 22 de outubro. Em evento na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, ele afirmou que o Senado poderia tentar votar o projeto no dia 15, mas que para isso os senado-

res que viajarão para o Vaticano nesta semana, para acompanhar a canonização da Irmã Dulce, precisariam voltar ao Brasil na próxima segunda-feira, 14.

"Meus colegas senadores estão querendo colocar situações para discutir e para protelar a reforma", disse Major Olímpio, em referência ao impasse em torno da divisão dos recursos do leilão do pré-sal entre Estados e municípios.

Na semana passada, os senadores reduziram em R\$ 76,4 bilhões a eco-

nomia prevista com a reforma em dez anos com a derubada de mudanças no pagamento do abono salarial durante a votação dos destaques ao projeto, após a aprovação do texto-base em primeiro turno no Senado.

"Temos esse impasse nesse momento. A Câmara não aceita o que nós votamos (sobre a divisão dos recursos do leilão), e nós não aceitamos o que a Câmara quer fazer. Queremos que o Executivo mande uma medida provisória", defendeu o senador.



Major Olímpio lembrou que a previsão inicial era de que a reforma da Previdência fosse votada em segun-

do turno no Senado no dia 10 de outubro, mas afirmou que "em determinado momento, houve um enten-

O SENADOR Major Olímpio disse que talvez a Casa consiga votar o segundo turno da reforma da Previdência apenas no dia 22 de outubro

dimento de vários senadores e bancadas de que era o momento de pressionarem para conseguir alguns pleitos individuais".

O senador defendeu a inclusão de Estados e municípios na reforma por meio da PEC paralela, que tramita no Senado. "A Câmara não quis (manter Estados e municípios) e uma das razões é que ano que vem tem eleição. Fazer mudanças previdenciárias é uma coisa árida, não dá voto, mas é necessário", afirmou.

Veículo: Correio*

Data: 08/10/2019

Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Errar não é bom, mas é normal e às vezes até necessário. Com os nossos erros, adquirimos conhecimento para traçar um novo plano, com mais chances de dar certo
Paulo Câmara

Deputado estadual do PSDB, em postagem publicada ontem no seu perfil do Twitter, sem dizer, entretanto, se a reflexão partiu de um episódio específico ou se foi escrita genericamente para os seguidores

Adubo na suspeita

Em depoimento à Polícia Federal (PF), um servidor graduado da Superintendência do Ministério da Agricultura na Bahia confirmou o teor das denúncias que apontaram a existência de um suposto esquema de corrupção sobre contratos firmados pelo órgão. As declarações estão anexadas ao inquérito aberto pela PF em 2017 para investigar suspeitas de irregularidades na contratação de empresas que prestam serviços de manutenção e abastecimento em veículos da superintendência. O caso tem origem em indícios apresentados pelo médico veterinário Carlos Alberto Lantyer, agente de inspeção do ministério no estado, contra ex-superintendentes e ocupantes de cargos de chefia, a quem acusa de desviar verbas públicas.

FIG DO NOVELO

Aos investigadores federais, o servidor disse que os documentos fornecidos por Carlos Lantyer na denúncia foram entregues por ele e que pagamentos eram autorizados pela direção de forma irregular, sem a devida apresentação de notas fiscais sobre os serviços.

Duplo apelo

O governador Rui Costa (PT) reuniu ontem parte da base aliada no Congresso para buscar apoio a dois temas de interesse do petista. De início, pediu que a bancada tente evitar o avanço do Sul, Sudeste e Centro-Oeste sobre os 15% dos estados na divisão de recursos originados pelo leilão do Prê-Sal, majoritariamente dirigidos ao Norte e Nordeste. O apelo tem como pano de fundo o acordo entre Câmara e Senado para ampliar a fatia de regiões mais ricas na PEC da Cessão Onerosa que será votada pelos deputados. No encontro, Rui sugeriu aos parlamentares que concentrem emendas para obras estruturantes do governo estadual. Prometeu que, ao contrário de antes, a verba será 100% aplicada nos projetos definidos pelos deputados.

Troca de guarda

Diretor executivo da Prima Empreendimentos, dona do hotel operado pelo Fasano em Salvador, Luciano Lopes é considerado favorito para suceder o empresário Glicério Lemos na presidência da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia (ABIH). À frente da Diretoria de Marketing da ABIH, Lopes já agregou apoio suficiente para vencer a disputa prevista para início de dezembro, segundo apurou a Satélite.

Roda presa

Enquanto os deputados federais da Bahia gastaram cerca de R\$ 1 milhão com combustível este ano, como foi noticiado na última quinta, a Delegacia de Proteção Ambiental de Ilhéus, que cuida de 256 municípios, tem só R\$ 750 mensais para abastecer veículos usados nas diligências e investigações. Como a cota acaba em até 15 dias, a unidade que apura crimes ambientais do Baixo-Sul à divisa com o Espírito Santo passa o resto do mês imobilizada, sem poder investigar novas denúncias ou dar andamento a casos fora de Ilhéus.

Voo solo

O presidente do PTC baiano, Rivalton Pinto, vai anunciar a pré-candidatura a prefeito de Salvador no encontro estadual do partido, sexta-feira que vem, no Centro Cultural da Câmara de Vereadores da capital.